

# Boletim

# CR/RR

MAIO/2012

**PROFESSORES PRECISAM DE TEMPO  
PARA PREPARAR SUAS AULAS:**

**33% PARA ATIVIDADES EXTRACLASSES, JÁ!!!  
+ VALOR DO PISO E REAJUSTE SALARIAL URGENTE.**

FORMAÇÃO IGUAL, TRABALHO IGUAL,  
DIREITOS IGUAIS A TODOS OS PROFESSORES.

**APROESP**  
SINDICATO DOS  
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL  
DO ESTADO DE SÃO PAULO





# PAUTA

## I. Campanha Salarial e Educacional

- a) Jornada do piso
- b) Novas formas de evolução e promoção: desenhando uma nova carreira
- c) Reajuste salarial já!
- d) Formação igual, trabalho igual, direitos iguais

- e) ETI: queremos qualidade para todos, não para poucos
- f) APEOESP exige regularização das aposentadorias

## II. Informes

- a) CUT
- b) CNTE
- d) Iamspe



# AGENDA

## APEOESP

### MAIO

23

Webconferência sobre Lei do Piso  
Audiência Pública sobre questão salarial

24

Reunião Ordinária de Representantes

### JUNHO

15

Assembleia Geral – Praça da República

22

Reunião Ordinária do CER

### JULHO

09 a 13 11º CONCURTO

20

Reunião Ordinária do CER

### AGOSTO

03 a 05

II Conferência das Mulheres

16

Reunião Ordinária de Representantes

24

Reunião Ordinária do CER

## CNTE

### MAIO

24 e 25

Reunião do CNE – Conselho Nacional de Entidades

28 e 29

Mobilização pelo PNE no Congresso Nacional

## CUT

### JULHO

09 a 13 11º CONCURTO

# I. Campanha Salarial e Educacional 2012

A Campanha Salarial e Educacional da APEOESP 2012 reúne e faz convergir as diversas frentes de luta dos professores, de acordo com o eixo geral de valorização da nossa categoria e melhoria da qualidade de ensino. As lutas centrais foram definidas na assembleia estadual de 20 de abril e, desde então, a entidade vem desenvolvendo ações para concretizar cada uma delas. Cabe a esta reunião de representantes aprofundar o debate, tendo em vista ações locais e regionais, a reunião do Conselho Estadual de Representantes e a assembleia estadual de 15 de junho.

## **a) Jornada do piso**

A APEOESP já está agindo em Brasília junto ao Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal e Conselho Nacional de Justiça para superar o impasse criado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo quando deu guarida, ao nosso ver de forma irregular e ilegal, aos recursos protelatórios do governo estadual para não aplicar a lei 11.738/2008 (lei do piso) no que se refere à garantia de, no mínimo, 33% da jornada de trabalho para as atividades extraclasse.

Também no próprio TJSP ingressamos com recurso para derrubar o efeito suspensivo concedido ao governo pela 10ª Câmara de Direito Público daquele tribunal. Em todas essas instâncias, a entidade tem agido com o máximo vigor, ancorada

na certeza de que a resolução 8 da SEE desfigura a lei do piso, como, aliás, muitos juízes têm entendido no estado inteiro, concedendo liminares e sentenças favoráveis nos mandados de segurança individuais que têm sido protocolados pelos professores, por meio do departamento jurídico da APEOESP.

Também por iniciativa da APEOESP, por meio de suas subsedes, temos conseguido liminares e sentenças para a aplicação da lei do piso em municípios. Os mais recentes foram Itaquaquecetuba, Águas de São Pedro, São Pedro, Santa Maria da Serra e Cruzeiro, apenas para citar exemplos. As subsedes podem e devem tomar a mesma iniciativa em suas regiões.

## **CNE: unanimidade na normatização da jornada do piso**

Com relatoria da conselheira Maria Izabel Azevedo Noronha, presidenta da APEOESP, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer CNE/CEB 9/2012 que normatiza a aplicação da lei 11.738/2008 em todo o território nacional.

O parecer, que acompanha proposta de resolução, define a natureza do trabalho extraclasse (HTPC, HTPLE) e desfaz a confusão que alguns sistemas insistem em fazer entre a jornada do professor e a duração da aula para o

aluno. Neste sentido, desmonta os argumentos que sustentam a resolução SEE 8/2012, como, aliás, o juiz de nossa causa no TJSP e vários juízes pelo interior afora já fizeram e fazem.

O parecer e a resolução estão neste momento nas mãos do ministro da Educação, Aloizio Mercadante, para homologação.

## **Jornada do piso e carreira**

Do ponto de vista político, avançamos em relação à jornada do piso na comissão paritária da carreira, conforme deliberação da assembleia de 26 de março, reafirmada na assembleia de 20 de abril.

Todos se recordam: a SEE havia acenado com a possibilidade de negociar a implantação da jornada do piso na rede estadual de ensino. Após reunião com o secretário e discussão no próprio âmbito da comissão paritária de gestão da carreira, que ora discute a regulamentação dos três novos níveis da evolução funcional e, também, as três novas faixas de promoção, a jornada do piso foi incorporada como um dos pontos a serem discutidos.

No âmbito da comissão ficou claro que uma série de alterações que vem sendo ali debatidas, sobretudo no que se refere à evolução funcional pela via não acadêmica, só serão viáveis se for alterada a composição da jornada de trabalho. Obviamente, não deixaremos

a questão circunscrita à comissão, pois este é o ponto central da nossa campanha salarial e educacional. Em todos os momentos e oportunidades levantaremos esta questão, que é objeto também de campanha de mídia.

## **b) Novas formas de evolução e promoção: desenhando uma nova carreira**

É conhecida a posição da APEOESP e da nossa categoria sobre a atual carreira do magistério. A lei complementar 836/97 desfigurou a nossa carreira, retirando os últimos benefícios que ainda perduravam, previstos na lei complementar 444/85, que resultou de um amplo processo de discussões em toda a rede estadual de ensino.

Queremos, portanto, uma nova carreira, que recupere e atualize nossos direitos. Uma carreira atracente, que atenda aos interesses dos profissionais da educação, de forma que a rede estadual de ensino possa contar com todos os bons profissionais de que necessita e que não continuemos a sofrer a crônica falta de professores de todas as disciplinas que hoje existe em todas as regiões.

Foi com este espírito que exigimos a convocação da comissão paritária de gestão da carreira, prevista no artigo 25 da LC 836/97 (inscrita ali por iniciativa da APEOESP, durante a tramitação da lei, em 1997) para que a regulamentação dos novos níveis e faixas criados pela lei complementar 1143/2011 não fosse feita de forma unilateral pela SEE e viesse a atender nossos inte-

resses. Para tanto a APEOESP tomou a iniciativa de reunir as demais entidades (APASE, CPP e APAMPESP) para formular e defender propostas em comum. A UDEMO preferiu ficar de fora e, muitas vezes, tem divergido das demais entidades.

Em diversos momentos, temos insistido que queremos uma nova carreira e não simplesmente regulamentar a atual. Por isso, está definido oficialmente que, após a regulamentação dos três novos níveis e faixas, prevista para final de junho, os trabalhos da comissão paritária vão prosseguir, para discutir a reformulação da carreira como um todo, inclusive quanto aos enquadramentos que tanto prejudicaram os professores, sobretudo os aposentados. Aí também a questão da jornada de trabalho está prevista, mas estamos pautando este assunto desde já, na medida em que, como já dissemos, a questão da jornada tem interface direta com as formas de evolução e promoção que estão sendo discutidas neste momento.

### **Evolução pela via não acadêmica**

Hoje, as formas de evolução pela via não acadêmica são poucas e restritas a algumas iniciativas individuais dos professores, muitas delas distantes do cotidiano escolar e do trabalho coletivo dos professores, que é o que dá vida e qualidade ao processo ensino-aprendizagem.

Por nossa iniciativa, em conjunto com as demais entidades, as novas possibilidades de evolução pela via não acadêmica vão valorizar e pontuar na carreira ati-

vidades que já são desenvolvidas pelo professor no seu cotidiano, a partir de uma normatização que conduza tais atividades para o fortalecimento do trabalho coletivo e do projeto político pedagógico da escola.

É o caso, por exemplo, dos projetos pedagógicos. Elaborados no interior da formulação e definição do projeto político pedagógico da escola, a partir da análise das demandas da comunidade escolar e da comunidade onde a escola está inserida, e aprovado pelo conselho de escola, um projeto, por exemplo, de esclarecimentos e combate à dependência química pode levar os professores que dele participaram a pontuar na carreira, evoluindo pela via não acadêmica. O próprio plano de aula do professor pode lhe assegurar a evolução, respeitados o interstício e as normas de avaliação/validação que estão sendo definidas pela comissão.

Outra forma de evoluir, e que muito poderá contribuir para o aprimoramento da qualidade na rede estadual de ensino será o “itinerário formativo” do professor. Hoje, não apenas há uma dessintonia entre as necessidades reais de formação do professor e os cursos oferecidos, como também não são oferecidas aos professores as condições objetivas para frequentarem os cursos.

Na proposta que vem sendo discutida, o professor define seu itinerário formativo (ou seja, suas necessidades de formação, os cursos de que necessita), começando por uma autoavaliação. Cumprindo este itinerário (sendo que o governo se obriga a for-

necer os cursos necessários) ele pode evoluir na carreira ao final do interstício.

Aqui uma discussão importante tem sido feita: o professor precisar de tempo para isto, seja pela aplicação da jornada do piso, seja pela destinação de um tempo específico de sua jornada de trabalho para esta finalidade. Também neste ponto se discute a importância dos horários de trabalho coletivo na escola para a formação continuada no próprio local de trabalho, em convênio com as universidades públicas.

## Promoção

Existe um consenso na comissão paritária: a prova não será a única forma de promoção na carreira do magistério. Várias outras alternativas têm sido discutidas. Para oferecer aos professores outras formas de promoção na carreira.

## c) Reajuste salarial já!

A atual política salarial, para nós, é insuficiente e não atende nossas necessidades. Entretanto, ela é resultado também da nossa luta e repercutiu ainda a nossa greve de 35 dias em 2010, pois a recuperação de nossas perdas salariais e o fim das gratificações foi a bandeira central daquele movimento.

Hoje não existem mais gratificações na rede estadual de ensino. Por outro lado, com os índices, a necessidade de reajuste salarial para repor as perdas de 1998 para cá caiu de 36,74% para 15%. Ainda é um percentual significativo e vamos lutar até que não exista mais nenhuma perda. Assim como lutamos, desde já, por aumento real de

salário, tendo em vista que nossa remuneração não corresponde a outras profissões com igual formação, nem à importância do papel social do professor.

No momento, uma questão ganha relevância para nós: recuperar a totalidade do reajuste de 10,2% anunciado pelo governo para 2012 e que acabou se revelando um falso índice, pois nele estava embutida a última parcela da Gratificação por Atividade no Magistério (GAM), que foi definida por outra lei aprovada na Assembleia Legislativa (Alesp).

Para tanto, estamos cobrando do governo que reúna a comissão paritária que deve avaliar anualmente a política salarial (criada por iniciativa nossa na tramitação da lei complementar 1143/2011 na Alesp). Queremos, no âmbito da comissão, discutir a restituição desta diferença referente ao reajuste de julho de 2012, bem como as perdas salariais acumuladas, em conjunto com as novas perdas decorrentes da inflação.

## d) Formação igual, trabalho igual, direitos iguais

A APEOESP e os professores não aceitam que seus colegas da categoria “O” sejam tratados como subprofissionais, com condições aviltantes de contratação e de trabalho.

Desde a tramitação da lei 1010/07 na Alesp temos lutado contra a forma como o governo estadual vem tratando os professores admitidos em caráter temporário. Naquele momento, conseguimos criar as condições para a estabilidade de 80 mil pro-

fessores, mais tarde confirmada pela lei complementar 1093/09 (categoria “F”), mas milhares de professores que não estavam em efetivo exercício naquele momento (categoria “L”) ficaram de fora.

Hoje os professores da categoria “L” vivem uma situação humilhante, pois esta categoria foi extinta em dezembro de 2012. Professores com muitos anos de serviço na rede estadual de ensino de uma hora para outra perderem seus direitos (e estão tendo que ingressar com ações na justiça para recuperá-los), tiveram descontos indevidos nos salários (também ações judiciais têm conseguido a devolução dos valores); outros tantos sequer conseguiram ainda receber. Pior de tudo: os contratos dos professores da categoria “O” tem validade máxima de dois anos e seus direitos são muito restritos.

Estamos todos indignados com esta situação. Quando tramitou a lei 1093/09 lutamos muito para que não fosse aprovada no que se refere aos professores da categoria “O”. A ampla maioria governista dos deputados garantiu a aprovação. De lá para cá conseguimos minimizar um pouco a situação, possibilitando a prorrogação do contrato de um para dois anos e reduzindo a quarentena de 200 para 40 dias. Mas o que queremos mesmo é a revogação desta forma indigna de contratação e, também, concursos públicos para todas as disciplinas e para PEB I.

Neste sentido, já enviamos ofício detalhado à Organização Internacional do Trabalho (OIT) e estamos desenvolvendo campanha de mídia em defesa dos professores da categoria “O”.

## e) ETI: queremos qualidade para todos, não para poucos

A APEOESP é enfática na defesa da educação de qualidade para todos e valorização de todos os profissionais da educação. Neste sentido, não aceitamos que sejam implementadas em algumas escolas da rede estadual de ensino “ilhas de excelência”, deixando as demais escolas sem estrutura, sem condições de trabalho e inadequada organização curricular.

Por isto, não estamos de acordo com o programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio de Período Integral, que vem sendo implantado em algumas poucas escolas. Não que estas escolas sejam “ilhas de excelência”, pois sequer está claro seu projeto político-pedagógico. Mas sabemos os prejuízos que esta iniciativa está gerando. Professores efetivos das unidades que venham a se tornar escolas de tempo integral serão removidos ex officio para outras escolas, pois os professores dessas escolas são designados, o que, na nossa análise jurídica, é inconstitucional.

Muitos alunos também são prejudicados, porque realizam outros cursos no contraturno ou trabalham. Finalmente, os alunos do ensino fundamental serão transferidos para outras unidades escolares, nem sempre próximas de suas residências.

Não concordamos com discriminações e exclusões na rede estadual de ensino. Todos têm direito à mesma qualidade e, se o Estado reconhece

a necessidade de melhorar as escolas para que tenhamos ensino de qualidade, que melhore todas as escolas, e não apenas algumas. Pais, alunos, professores e toda a comunidade têm o direito de debater e definir as políticas educacionais.

## Encontro

Para debater esta questão, a APEOESP irá realizar, no dia 16 de junho, a partir das 9h30, em local a definir, um Encontro Estadual sobre as escolas de tempo integral. Os critérios de participação serão informados oportunamente.

## f) APEOESP exige regularização das aposentadorias

Diretoria da APEOESP reuniu-se com a presidência da São Paulo Previdência (SPPREV) para cobrar soluções para os problemas que tem atingido os professores em vias de aposentadoria na rede pública de ensino.

Demora na concessão das aposentadorias, falta de respostas aos protocolos e descontos de licenças médicas e licenças saúde no cômputo do tempo de serviço são alguns dos entraves pelos quais a categoria tem passado durante o processo de solicitação das aposentadorias.

O presidente da SPPREV informou que a lentidão na concessão das aposentadorias deve-se aos procedimentos adotados pela Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos (antigo DRHU). A própria SPPREV já teria organizado uma força-tarefa para agilizar as publicações das aposentadorias aos servidores

da Educação. Em contato com a Secretaria da Educação, a CGRH informou que o próprio secretário determinou que os processos permaneçam no órgão no máximo durante 30 dias.

Sobre os descontos, o presidente da SPPREV afirmou que segue parecer elaborado, há dois anos, pela Procuradoria Geral do Estado. Diante das explicações da APEOESP demonstrando a ilegalidade da ação, o presidente comprometeu-se a solicitar novo parecer à Procuradoria, informando-nos assim que o mesmo estiver pronto. APEOESP já solicitou audiência com a Procuradoria Geral da União.

À Secretaria da Educação, a APEOESP está encaminhando todos os casos nos enviados via e-mail para que sejam tomadas as devidas providências para a regularização.

Caso persistam os problemas, o Sindicato entrará com ação judicial, visando assegurar todos os direitos e a agilidade no processo de concessão da aposentadoria a todos os professores.

## Bônus

A APEOESP obteve na Justiça várias decisões favoráveis ao pagamento de bônus para os professores e demais integrantes da classe de suporte pedagógico aposentados.

Atualmente, a APEOESP iniciou a execução de duas dessas ações: a que se refere ao bônus de 2000, pago em fevereiro de 2001 e a que se refere ao bônus de 2002, pago em fevereiro de 2003.

No que concerne ao bônus de 2002/2003, a Coordenadoria

de Administração Financeira da Secretaria da Fazenda do Estado já apresentou as informações dos valores que serão pagos a todos os aposentados sócios da APEOESP, sendo que o Sindicato apresentará o cálculo de todos os sócios beneficiados.

Já com relação ao bônus de 2000, pago em fevereiro de 2001, a APEOESP já pediu as informações para a Secretaria da Fazenda e está aguardando os informes dos valores que serão pagos aos aposentados.

Esclarecemos que a APEOESP optou por essa forma de execução por entender que é mais rápida e menos onerosa para o professor, pois a execução direta do crédito de todos os aposen-

tados associados na época não demanda nenhuma providência por parte do próprio professor.

Assim, os aposentados/associados da APEOESP nos anos de 2000 e 2002, que não receberam os bônus pagos nos anos de 2001 e 2003, respectivamente, não precisam enviar nenhum documento para a APEOESP ou para qualquer outra entidade ou advogado, pois o valor devido será executado diretamente pela APEOESP, que já tomou providências para esse fim.

### **Vale alimentação tem novo valor**

No dia 10 de maio, os servidores receberam em suas contas correntes a diferença relativa ao

novo valor do auxílio-alimentação, que a partir de 1º de maio passou a R\$ 8,00, contra os R\$ 4,00 anteriores.

Entretanto, além do valor insuficiente para suprir as necessidades dos professores, a política de auxílio-alimentação contém outros problemas. Um deles é o valor salarial máximo que permite ao professor usufruir do benefício: 141 UFESPs (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), cujo atual valor unitário é de R\$ 18,44.

Assim, continuamos lutando tanto para que o valor seja novamente reajustado e para que seja retirada a restrição a um teto salarial máximo para o usufruto deste direito.

## II. Informes

### **a) CUT**

#### **CUT/SP elege nova diretoria: APEOESP ocupa a vice-presidência**

O 13º Congresso da CUT/SP, realizado no período de 16 a 19 de maio, na cidade de Serra Negra reuniu 826 delegados e delegadas de 17 ramos do estado. A APEOESP participou com uma delegação de 183 professores.

Durante quatro dias, os delegados participaram de oficinas temáticas, discutiram estratégia e plano de lutas da Central e elegeram sua nova diretoria. O atual presidente, Adi dos Santos Lima, foi reeleito para o triênio 2012-2015. Douglas Martins Izzo,

secretário de política educacional e cultural da APEOESP, assumiu a vice-presidência. A professora Telma Aparecida Andrade Victor, membro da diretoria estadual filiada do Sindicato, mantém-se à frente da Secretaria de Formação. Cleide Maria de Jesus de Almeida, de Araçatuba, e Solange Aparecida Benedeti Penha, de Itapeva, assumiram como coordenadoras de subsedes.

Os vários temas em discussão focaram tanto questões internas da entidade quanto propostas de ações para interferir nas esferas política e econômica, em especial no estado de São Paulo e tendo como meta a defesa dos direitos dos trabalhadores e sociedade.

Internamente, ganhou destaque a reestruturação das subsedes como instâncias organizativas e de representação.

De amplitude geral, a defesa da garantia dos serviços públicos, fortalecimento da Comunicação para a disputa hegemônica, Trabalho Decente e, principalmente, um enfrentamento ainda maior ao governo PSDB/DEM, já que em todas as oficinas, palestras e debates foi evidenciado o desmonte causado pela gestão tucana em SP nas últimas décadas. E, especificamente voltado à ação sindical, o desenvolvimento de campanhas salariais das diversas categorias de forma unificada com a CUT.

O 13º CECUT também refor-

çou a luta pelo “empoderamento” das mulheres, aprovando a paridade com os homens na composição da Executiva da CUT e suas estaduais.

Confira abaixo a nova diretoria eleita da CUT/SP:

## Executiva

### Presidência

**Adi do Santos Lima**

Metalúrgico

### Vice Presidência

**Douglas Martins Izzo**

Educação

### Secretaria Geral

**Sebastião Geraldo Cardozo**

Financeiro

### Secretaria de Administração e Finanças

**Renato Carvalho Zulato**

Químico

### Secretaria de Imprensa e Comunicação

**Adriana Oliveira Magalhães**

Financeiro

### Secretaria de Organização e Política Sindical

**Marcelo Renato Fiorio**

Urbanitário

### Secretaria da Mulher Trabalhadora

**Sônia Auxiliadora de**

**Vasconcelos Silva**

Municipais

### Secretaria de Formação

**Telma Aparecida Andrade Victor**

Educação

### Secretaria de Relações do Trabalho

**Rogério Giannini**

Seguridade Social

### Secretaria de Políticas Sociais

**João Batista Gomes**

Municipais

### Secretaria de Juventude

**Luciana Chagas Geremias**

Comércio e Serviço

### Secretaria de Igualdade Racial

**Rosana Aparecida Silva**

Educação

### Secretaria do Meio Ambiente

**Aparecido Bispo**

Alimentação

### Secretaria da Saúde do Trabalhador

**Luiz Antônio Queiroz**

Transporte

(Fonte: [www.cutsp.org.br](http://www.cutsp.org.br))

## b) CNTE

### Confederação defende cumprimento da lei do piso durante Marcha dos Prefeitos em Brasília

A CNTE aproveitou a realização da 15ª Marcha dos Prefeitos no dia 15 de maio para defender o cumprimento da Lei Nacional do Piso do Magistério (Lei 11.738). A Confederação entregou aos gestores participantes do evento um panfleto onde alerta que a aprovação do PL 3776/08 – que pretende colocar o INPC como único critério de reajuste do piso – é um retrocesso na busca de valorização dos educadores e de mais qualidade para a educação brasileira. “Quem foi eleito com a promessa de elevar a qualidade da educação no seu município não pode apoiar essa iniciativa”, sentencia o texto.

Ao mesmo tempo em que condena a proposta, o material estimula os prefeitos a apoiarem a campanha pela aprovação do investimento público de 10% do Produto Interno Bruto para a área educacional, por meio do Plano Nacional de Educação (PL 8.035/10), que está previsto para ser votado na Câmara dos Deputados.

Segundo estimativa da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), cerca de 3.500

prefeitos participaram da 15ª Marcha este ano.

## c) Iamspe

### Frente Parlamentar em Defesa do Iamspe

A Frente Parlamentar em Defesa do Iamspe foi oficialmente lançada no dia 26 de abril em evento na Assembleia Legislativa. Composta por deputados de vários partidos, a Frente pretende organizar audiências públicas para debater a situação do Instituto no Vale do Paraíba e uma reunião com o secretário estadual da Gestão Pública, órgão ao qual o Iamspe está veiculado.

Durante o evento, servidores presentes criticaram a gestão da saúde paulista, principalmente a prestação de serviços ligados ao Instituto e reforçaram a denúncia de que o governo continua não contribuindo com sua cota-parte para o Instituto. Reclamaram da falta de funcionários e da sobrecarga dos pouco existentes. Além disso, denunciaram o sucateamento e privatização do Hospital do Servidor Público.

Servidores avaliaram ainda que a Frente deve analisar com profundidade o Projeto de Lei que transforma o Instituto em uma autarquia especial, assegurando o emprego e os direitos dos funcionários. Os trabalhadores complementaram as demandas da frente com a proposta de debater ampliação do atendimento dos serviços do Iamspe no interior paulista, de convênios com redes médicas e hospitalares, e implantação de atendimento de saúde mental para todos os servidores.





## expediente

### Dirigentes responsáveis por esta publicação

Fábio Santos de Moraes  
Secretário Geral

Maria Sufaneide Rodrigues  
Secretária Geral Adjunta

### Dirigentes responsáveis pela Secretaria de Comunicações

Roberto Guido  
Secretário de Comunicações

Paulo José das Neves  
Secretário de Comunicações Adjunto

### Conselho Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha  
Francisca Pereira da Rocha  
Fábio Santos de Moraes  
Maria Sufaneide Rodrigues  
Rita de Cássia Cardoso  
Ana Paula Pascarelli  
Luiz Gonzaga José  
Arioaldo de Camargo



SINDICATO DOS  
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL  
DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Filiado à **CNE** e **CUT**

[www.apeoesp.org.br](http://www.apeoesp.org.br)  
[secgeral@apeoesp.org.br](mailto:secgeral@apeoesp.org.br)

Praça da República, 282  
Tel. (0xx11) 3350-6000 • Fax (0xx11) 3350-6125  
CEP 01045-000 • Capital, SP

### DIRETORIA DA APEOESP TRIÊNIO 2011/2014

**DIRETORIA EXECUTIVA:** **Presidenta:** Maria Izabel Azevedo Noronha; **Vice-Presidenta:** Francisca Pereira da Rocha; **Secretário Geral:** Fábio Santos de Moraes; **Secretária Geral Adjunta:** Maria Sufaneide Rodrigues; **Secretário de Finanças:** Luiz Gonzaga José; **Secretário de Finanças Adjunto:** Arioaldo de Camargo; **Secretário de Administração:** Odimar Silva; **Secretário de Administração Adjunto:** Ederaldo Batista; **Secretário de Patrimônio:** Miguel Noel Meirelles; **Secretária de Patrimônio Adjunta:** Tereza Cristina Moreira; **Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais:** Douglas Martins Izzo; **Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto:** Luiz Carlos de Freitas; **Secretário de Comunicações:** Roberto Guido; **Secretário de Comunicações Adjunto:** Paulo José das Neves; **Secretária de Formação:** Nilcéa Fleury Victorino; **Secretária de Formação Adjunta:** Mara Cristina de Almeida; **Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:** Francisco de Assis Ferreira; **Secretária de Legislação e Defesa dos Associados Adjunta:** Zenaide Honório; **Secretário de Política Sindical:** João Luis Dias Zafalão; **Secretária de Política Sindical Adjunta:** Magda Souza de Jesus; **Secretária de Políticas Sociais:** Rita de Cássia Cardoso; **Secretária de Políticas Sociais Adjunta:** Ana Paula Pascarelli; **Secretária para Assuntos de Aposentados:** Sílvia Pereira; **Secretária para Assuntos de Aposentados Adjunta:** Fátima da Silva Fernandes; **Secretária para Assuntos da Mulher:** Suelly Fátima de Oliveira; **Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta:** Eliana Nunes dos Santos; **Secretário para Assuntos Municipais:** Fábio Santos Silva; **Secretário para Assuntos Municipais Adjunto:** Marcos de Oliveira Soares; **Secretária Geral de Organização:** Margarida Maria de Oliveira; **Secretário de Organização para a Capital:** Gilberto de Lima Silva; **Secretário de Organização para a Grande São Paulo:** Moacyr Américo da Silva; **Secretário de Organização para o Interior:** Demércio de Almeida; **Secretário de Organização para o Interior:** Gerson José Jório Rodrigues; **Secretário de Organização para o Interior:** Maria José Carvalho Cunha; **Secretário de Organização para o Interior:** Sérgio Martins da Cunha.

**DIRETORIA ESTADUAL:** Ademar De Assis Camelo; Aladir Cristina Genovez Cano; Almir Gabriel; Ana Lucia Ferreira; Ana Lucia Santos Cugler; Ana Paula Leite Borda; Natalina Lourenço da Silva; Anita Aparecida Rodrigues Marson; Antonio de Oliveira; Antonio Gandini Júnior; Ary Neves Da Silva; Benedito Jesus Dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carlos Ramiro de Castro; Carmen Luiza Urquiza de Souza; Cílene Maria Obici; Claudelício dos Reis; Claudete Tereza de Almeida Pereira; Cláudio Luiz Alves de Santana; Claumir Bento Rufini; Conceição Aparecida da Silva; Dorival Aparecido Da Silva; Douglas Ferreira de Paula; Edna Penha Araújo; Eduardo Martins Rosa; Eliane Matias dos Santos; Fláudio Azevedo Lima; Flávio Stockler de Ramos Lima; Floripes Ingracia Borioli Godinho; Gilmar Ribeiro; Gláucia de Fátima Rodrigues Arruda; Idalina Lelis De Freitas Souza; Ivanci Vieira dos Santos; Janaina Rodrigues; Joaquim Soares da Silva Neto; Josafa Rehem Nascimento Vieira; José de Jesus Costa; José Francisco da Silva; José Geraldo Correa Junior; José Reinaldo de Matos Lima; José Wilson de Souza Maciel; Jovina Maria Da Silva; Julieta Lui; Juvenal De Aguiar Penteado Neto; Leandro Alves Oliveira; Lindomar C. C. Federighi; Luiz Cláudio De Lima; Luzelena Feitosa Vieira; Maisa Bonifácio Lima; Maria Aparecida Prezoto; Maria Carlota Niero Rocha; Maria Castelli; Maria Elena Batista de Souza; Maria Lícia Ambrosio Orlandi; Maria Liduina Facundo Severo; Mariana Coelho Rosa; Miguel Leme Ferreira; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Ozani Martiniano De Souza; Paulo Roberto Chacon De Oliveira; Pedro Paulo Vieira de Carvalho; Reginaldo Alberto de Almeida; Ricardo Augusto Botaro; Rita Leite Diniz; Roberta Iara Maria Lima; Roberto Mendes; Ronaldo Torelli; Roseli dos Santos Ribeiro; Rui Carlos Lopes de Alencar; Severino Honorato Silva; Silvio Carlos da Silva Prado; Solange Aparecida Benedeti Penha; Sonia Aparecida Alves De Arruda; Sonia Maria Maciel; Stenio Matheus De Moraes Lima; Sueli de Araújo Mangabeira; Suzi Da Silva; Telma Aparecida Andrade Victor; Teresinha de Jesus de Sousa Martins; Uilder Cácio De Freitas; Valfredo Alves Siqueira; Vera Lucia Zimberger; Walmir Siqueira; Wilson Augusto Fiúza Frazão.